

**HABEAS CORPUS Nº 478.470 - RS (2018/0298380-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : ROGER LEANDRO RODRIGUES BARBOSA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ROGER LEANDRO RODRIGUES BARBOSA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que ao paciente foi concedida a progressão de regime pelo Juízo das Execuções, mesma oportunidade em que foi determinada também sua inclusão no sistema de monitoramento eletrônico, caso constatada a ausência de vagas adequadas para cumprimento da pena no regime semiaberto (fls. 155-159).

Interposto agravo em execução pelo Ministério Público, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso para cassar o benefício da inclusão do apenado no programa de monitoramento eletrônico, considerando não terem sido observados os parâmetros do RE n.º 641.320/RS, como o saldo de pena, a natureza dos delitos e o mérito subjetivo do apenado (fls. 183-194).

No presente, a Defensoria Pública sustenta e que o acórdão vai de encontro ao enunciado pela Súmula Vinculante n.º 56/STF. Aduz que na decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n.º 641.320/RS não há qualquer ressalva com relação ao saldo de pena a cumprir ou ao delito praticado, sendo certo que, estando no regime semiaberto, mostra-se absolutamente vedada sua manutenção em penitenciária, como se no regime fechado ainda estivesse.

Requer, assim, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para que seja restabelecida a decisão proferida pelo Juízo da Execução, de inclusão do paciente no programa de monitoramento eletrônico, ante a inexistência de vaga no estabelecimento adequado ao regime semiaberto.

O pedido de liminar foi indeferido à fl. 206.

As informações foram prestadas às fls. 211-252.

O Ministério Público Federal ofertou parecer, às fls. 255-262, pela

concessão da ordem de ofício.

É o relatório.

DECIDO.

O magistrado de piso, após conceder a progressão de regime ao semiaberto, teceu breves considerações acerca do papel fiscalizador do Juízo das Execuções frente à administração do sistema prisional pela SUSEPE. Vejamos (fl. 155-156):

*[...]*

*Outrossim, porquanto implementados os requisitos, nos termos dos arts. 122 e 123 da LEP, defiro a saída temporária, devendo ser observado o Provimento nº 01/09-VEC/POA, inclusive no que tange ao período mínimo de permanência no estabelecimento prisional para gozo do benefício, que deverá ser de 30 dias.*

*Assim, oficie-se à direção da casa prisional informando sobre o deferimento do pleito e oficie-se à SUSEPE para que transfira o(a) apenado(a) a estabelecimento compatível com o regime semiaberto, salvo se por outro motivo estiver recolhido no regime fechado, no prazo de 05 dias.*

*No decurso do referido prazo sem a transferência do preso para estabelecimento peral do regime semiaberto, tenho por viável a inclusão do apenado no sistema de monitoramento, pelos motivos que passo a expor.*

*O sistema prisional dos regimes semiaberto e aberto, no âmbito da Vara de Execuções Penais de Porto Alegre, enfrenta, já há algum tempo, crise sem precedentes.*

*No entanto, embora não seja função precípua do juiz da execução administrar o sistema prisional, já que tal incumbência é da SUSEPE, vinculada ao Poder Executivo, cabe-lhe fiscalizar o correto cumprimento da pena e as condições dos estabelecimentos prisionais. Por total omissão do Estado, o Judiciário, como fiscalizador, passou, com base na LEP, a intervir no sistema prisional O que deveria ser a exceção, contudo, virou regra.*

*Se não há vagas suficientes no regime semiaberto para o cumprimento da pena, o Judiciário não pode permanecer inerte. Além de cobrar do Executivo o cumprimento da lei, o magistrado deve ajustar a execução da pena ao espaço e vagas disponíveis.*

*Com efeito, nos termos do art. 66 compete ao juiz da execução zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança (inc. VI) e inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade (inc. VII).*

Apresentada a situação fática, recorreu à jurisprudência do Supremo

Tribunal Federal, em alusão ao RE 641.320/RS (fl. 156):

*A propósito, o Supremo Tribunal Federal já decidiu em sede de Recurso Extraordinário (RE n. 641.320) que, na inexistência de casas prisionais compatíveis com o regime de execução da pena, especialmente dos regimes semiaberto e aberto, é cabível o cumprimento em regime menos gravoso.*

*Cabe referir, ainda, que a recente decisão deu origem à Súmula Vinculante n. 56, aprovada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no dia 29.06.2015:*

*A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nesta hipótese, os parâmetros fixados no Recurso Extraordinário (RE) 641320".*

Por fim, traçadas as premissas anteriores, teceu dispositivo, observadas as seguintes condições (fl. 157):

*Nesse passo, considerando o exposto, não ocorrendo a remoção do preso no prazo de 05 dias para casa prisional de regime semiaberto, fica desde já determinada a inclusão do preso no programa de monitoramento eletrônico, concedendo ao apenado a saída especial, determinando que seja liberado da casa prisional em que se encontra, salvo se por outro motivo estiver recolhido, para que, em até 05 dias, se apresente no Departamento de Monitoramento Eletrônico da Região Metropolitana, localizado no Instituto Penal Padre Pio Buck (Av Roccio nº 900, Vila João Pessoa. Porto Alegre/RS - ao lado do Presídio Central), para que nele(a) seja colocado o equipamento..*

*Saliento que o preso deverá cumprir as seguintes condições:*

*a) Não poderá se afastar de sua residência no período compreendido entre 20h e 06h;*

*b) A zona de inclusão do monitoramento eletrônico será de até três quadras da residência do apenado, não podendo dela desviar, sob pena de - transferência para o regime fechado por até 90 dias (Provimento 01/2009. da VEC/POA);*

*c) A zona de inclusão abrangerá os trajetos de ida e volta entre residência e local de trabalho;*

*d) O rompimento ou danificação do equipamento (tornozeleira) ensejará a regressão de regime, o que obstará nova inclusão no sistema de monitoramento eletrônico;*

*e) O monitoramento terá ainda duas rotas de locomoção semanal, uma para deslocamento a SUSEPE e outra para a VEC;*

*f) Os dias de saídas temporárias serão informados pelo apenado antecipadamente à SUSEPE, lapsos em que a zona de*

*inclusão será ampliada para a área do Município;*

*g) Deverá o(a) apenado(a), no prazo de 30 dias, comprovar execução de atividade laboral lícita, caso em que a respectiva homologação implicará inclusão definitiva no sistema; do contrário, será desligado(a) do sistema de monitoramento eletrônico e recolhido em estabelecimento prisional do regime compatível.*

*Na liberação, o diretor da casa prisional deverá cientificar expressamente o preso das condições acima, bem como de que será considerado foragido na hipótese de não apresentação na SUSEPE no prazo de cinco dias, colhendo a sua ciência, com posterior remessa a esta VEC.*

*As condições deverão ser cumpridas imediatamente, valendo tão logo seja o apenado liberado pelo estabelecimento prisional, inclusive durante o período necessário para a colocação da tornozeleira eletrônica.*

*Comunique-se a presente decisão à SUSEPE (Departamento de Monitoramento Eletrônico (dme@susepe.rs.gov.br <mailto:dme@susepe.rs.gov.br>) e ao Departamento de Controle Legal (dcl@susepe.rs.gov.br <mailto:dcl@susepe.rs.gov.br>), inclusive para que, em caso de não apresentação do preso, seja lançada e comunicada a fuga à VEC para expedição de mandado de prisão.*

*Exclua-se eventual mandado de prisão expedido por esta VEC.*

*Retifique-se a guia de recolhimento, o expediente carcerário e a data-base para o dia do implemento do requisito objetivo necessário para a progressão de regime, haja vista que o apenado não pode ser penalizado pela morosidade do Executivo e/ou Judiciário em instruir e processar seu benefício.*

A seu turno, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu pela cassação da decisão anterior nos seguintes termos (fls. 187-193):

*No mérito, o presente agravo deve ser provido, já considerado, adianto, o teor da recente Súmula Vinculante 56, editada pela Suprema Corte, e aos parâmetros fixados no Recurso Extraordinário no 641.320/RS.*

*De início, ressalto que, consoante entendimento anteriormente sedimentado neste Órgão Fracionário, não seria possível a concessão de prisão domiciliar, acompanhada ou não do sistema de monitoramento eletrônico, aos presos que estejam cumprindo pena no regime semiaberto ou aberto, somente pelo motivo de não existir casa prisional adequada ao regime, nos moldes da LEP, pois o benefício da prisão domiciliar é restrito às hipóteses do artigo 117 da Lei de Execuções Penais.*

*Contudo, com a edição da já mencionada Súmula*

*Vinculante, impõe-se a rediscussão da matéria, nos termos em que proposto pelo e. Supremo Tribunal Federal. No ponto, para melhor elucidar a questão, transcrevo o teor da Súmula Vinculante 56:*

*A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS.*

*Já os parâmetros fixados no RE 641.320/RS resumem-se, conforme resolução da controvérsia com repercussão geral, ao entendimento de que:*

*a) a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso;*

*b) os juizes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes. São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como "colônia agrícola, industrial" (regime semiaberto) ou "casa de albergado ou estabelecimento adequado" (regime aberto) (art. 33, §1º, alíneas "b" e "c");*

*c) havendo déficit de vagas, deverá determinar-se: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto. Até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado.*

*Sobre os critérios adotados no RE no 641.320/RS, acima transcritos, imprescindível tecer algumas considerações.*

*Primeiramente, claro está não ser admitida a manutenção do condenado em regime mais gravoso, diante da ausência de vaga prisional compatível, o que caracterizaria excesso de execução, em violação aos direitos do preso. Nesse sentido, segue trecho do voto do MM Ministro Gilmar Mendes, relator do já referido Recurso Extraordinário:*

*[...]*

*Superado este ponto e afastada qualquer possibilidade de recolhimento do apenado em regime mais gravoso do que aquele a que tem direito, o acórdão, considerando que a prisão domiciliar é uma alternativa de difícil fiscalização e, isolada, de pouca eficácia, propõe as medidas de saída antecipada, liberdade eletronicamente monitorada e penas restritivas de direito e/ou estudo, ressaltando que, embora sem previsão legal, são menos gravosas ao sentenciado do que as previstas na lei e na sentença condenatória, dependendo, ademais,*

*de sua adesão, sob pena de ser mantido no regime mais gravoso ou a ele regredir, de modo que não violado o princípio da legalidade.*

*Quanto à saída antecipada, consistirá, em síntese, em antecipar a saída de sentenciados que já estão no regime de destino, abrindo vaga para aquele que acaba de progredir, aplicando-se, para aqueles agraciados com a saída antecipada, a liberdade eletronicamente monitorada, se proveniente do regime semiaberto, ou a substituição de suas penas por alternativas ou por estudo, se originários do regime aberto.*

*Aqui, surge a dificuldade de definir quais os apenados que deverão ser agraciados com a saída antecipada, desde logo ressaltando, o acórdão, que a adoção de uma solução alternativa não é um direito do condenado. Ou seja, o fato de alguns apenados serem agraciados com a saída antecipada não dá aos condenados que estão em estabelecimentos prisionais a prerrogativa de, em nome da isonomia, receberem o mesmo tratamento.*

*Dito isso, e visando à uniformidade de tratamento, busca-se estabelecer alguns critérios para a seleção daqueles que devem sair antecipadamente da casa prisional, liberando vagas para os provenientes do regime mais gravoso. Fala-se, então, na verificação de quais os apenados com expectativa de progredir em menor tempo, além da observância do requisito subjetivo e outros critérios, como a natureza do crime, confiados à complementação, por parte das instâncias ordinárias.*

*Uma vez concedida a saída antecipada àquele preso em melhores condições para tanto, nos termos em que acima exposto, seria incluído no sistema de monitoramento eletrônico, se proveniente do regime semiaberto, ou substituída sua pena de reclusão por restritivas de direitos e/ou estudo, se originário do regime aberto. Em ambos os casos, entretanto, o acórdão salienta a preferência por estas medidas (liberdade monitorada e substituição da pena) em detrimento à mera prisão domiciliar, instituto este de difícil fiscalização e que, justamente por exigir que o preso permaneça recolhido em sua residência, acaba gerando sérias dificuldades, de ordem social e econômica.*

*Por fim, o acórdão afirma que, até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado, bem como que as peculiaridades de cada região e estabelecimento podem recomendar o desenvolvimento dessas medidas em novas direções.*

***In casu, a decisão impugnada (fls. 78/80), datada de 18/05/2018, concedeu, ao apenado ROGER LEANDRO RODRIGUES BARBOSA, a progressão para o regime semiaberto, seguida, em razão da ausência de vagas neste regime, de saída especial, pelo prazo de 48h, após o que foi incluído no sistema de monitoramento eletrônico, com recolhimento domiciliar no período***

*noturno.*

*A decisão, por não ter observado quaisquer dos critérios fixados no Recurso Extraordinário n° 641.320/RS, deve ser reformada.*

*Ora, trata-se de apenado que acabara de progredir para o regime semiaberto, sendo imediatamente agraciado, na mesma decisão, com a inclusão no sistema de monitoramento eletrônico. Não bastasse isso, ROGER, além de registrar intercorrências ao longo da execução penal, por fugas e prática de crime no curso do período de prova do livramento condicional, foi condenado pela prática de quatro crimes de roubo, além de furto qualificado, à pena de 21 (vinte e um) anos, 11 (onze) meses e 10 (dez) dias de reclusão, contando com um saldo superior a 13 (treze) anos ainda por cumprir.*

*Portanto, não só o agravado está longe de ser agraciado com nova progressão de regime (08/08/2020), assim como quase todos os crimes pelos quais condenado envolveram violência e/ou grave ameaça contra a pessoa, possuindo, além disso, saldo de pena por cumprir bastante elevado, em muito superior a oito anos de reclusão, patamar este aqui erigido como mais um parâmetro para definir, ressalvadas as peculiaridades de cada caso concreto e a existência de vagas nas casas prisionais do Estado, quais os apenados aptos a serem agraciados com a denominada saída antecipada.*

*Assim, a concessão da prisão domiciliar, na espécie, vai contra todo e qualquer critério apontado como parâmetro pela própria Súmula Vinculante na 56, que, ao remeter ao RE n° 641.320/RS, exige a verificação de apenados outros que se encontrem em melhores condições de obtenção da saída antecipada.*

*Na verdade, ROGER LEANDRO RODRIGUES BARBOSA, que acabara de progredir do regime fechado para o semiaberto, enquadra-se justamente no polo contrário àquele determinado na decisão impugnada. Isto é, nos termos do que constou do RE na 641.320/RS, deveria ter sido providenciada a saída antecipada de outro sentenciado que já estivesse no regime de destino (semiaberto), o qual passaria à liberdade eletronicamente monitorada, sendo sua vaga ocupada, então, pelo agravado.*

*Destarte, não há qualquer possibilidade de manutenção do decisum singular, que, ao conceder a progressão para o regime semiaberto ao agravado, imediatamente o colocou em liberdade eletronicamente monitorada, não atendidos quaisquer dos critérios estabelecidos no RE n° 641.320/RS, ao qual faz referência a Súmula Vinculante n° 56 do STF.*

*EM FACE DO EXPOSTO, rejeito a preliminar contrarrecursal e, no mérito, dou provimento ao agravo ministerial, para desconstituir a decisão recorrida, no ponto em que determinou a*

*inclusão de ROGER LEANDRO RODRIGUES BARBOSA no sistema de monitoramento eletrônico, devendo ele voltar ao regular cumprimento de sua pena, em regime semiaberto, providenciando-se, sendo o caso, a saída antecipada de outro apenado, em melhores condições de ser agraciado com a medida excepcional, mediante liberdade eletronicamente monitorada, para que o agravado ocupe sua vaga, nos termos do que estabelecido no RE 641.320/RS.*

Quanto ao tema da concessão excepcional da prisão domiciliar, ante a inexistência de vagas em estabelecimento adequado ao regime intermediário ou ao aberto, a jurisprudência do STJ já caminhava no sentido da possibilidade de sua concessão, até o surgimento de vagas no regime prisional apropriado. Nesse sentido: HC 318.765/AC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 2/8/2016, DJe 10/8/2016; AgRg no HC 354.712/AP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 19/5/2016, DJe 7/6/2016.

De posse dos parâmetros traçados pela Suprema Corte para a concessão da prisão domiciliar, a Terceira Seção desta Corte, em julgamento do recurso representativo da controvérsia - REsp 1.710.674/MG - proferiu decisão elucidando o tema, conforme ementa a seguir:

***RECURSO ESPECIAL. PROPOSTA DE JULGAMENTO SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. EXECUÇÃO PENAL. DETERMINAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR, QUANDO INEXISTENTE VAGA NO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA ADEQUADO AO EXECUTADO OU ESTABELECIMENTO PRISIONAL COMPATÍVEL COM O PREVISTO EM LEI. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 117 DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS. APLICAÇÃO DO NOVO ENTENDIMENTO ESTABELECIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RE 641.320/RS.***

***1. Recurso representativo de controvérsia, para atender ao disposto no art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e na Resolução STJ n. 8/2008.***

***2. Delimitação da controvérsia: "(im)possibilidade de concessão da prisão domiciliar, como primeira opção, sem prévia observância dos parâmetros traçados no RE 641.320/RS".***

***3. TESE: A inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante n° 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE n° 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime***



***com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto.***

4. Ao examinar a questão do cumprimento de pena em regime fechado, na hipótese de não existir vaga em estabelecimento adequado ao regime em que está efetivamente enquadrado o reeducando, por ocasião do julgamento do RE 641.320/RS, o Supremo Tribunal Federal assentou que “A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso” e que “Os juízes da execução penal poderão avaliar os estabelecimentos destinados aos regimes semiaberto e aberto, para qualificação como adequados a tais regimes. São aceitáveis estabelecimentos que não se qualifiquem como “colônia agrícola, industrial” (regime semiaberto) ou “casa de albergado ou estabelecimento adequado” (regime aberto) (art. 33, § 1º, alíneas “b” e “c”)”.

Concluiu, ainda, que, na ausência de vagas ou estabelecimento prisional adequado na localidade, o julgador deve buscar aplicar as seguintes alternativas, em ordem de preferência: (i) a saída antecipada de sentenciado no regime com falta de vagas; (ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; (iii) o cumprimento de penas restritivas de direito e/ou estudo ao sentenciado que progride ao regime aberto.

Observou, entretanto, que, até que sejam estruturadas as medidas alternativas propostas, poderá ser deferida a prisão domiciliar ao sentenciado e que a adoção de uma solução alternativa não é um direito do condenado.

5. Somente se considera a utilização da prisão domiciliar pouco efetiva, como alternativa à ausência de vagas no regime adequado, quando ela restringe totalmente o direito do executado de deixar a residência, não permitindo, assim, o exercício de trabalho externo, ou quando, estando o reeducando no regime aberto, a prisão domiciliar puder ser substituída pelo cumprimento de penas alternativas e/ou estudo.

***Não há óbices à concessão de prisão domiciliar com monitoração eletrônica ao sentenciado em regime semiaberto, quando não há vagas no regime específico ou quando não há estabelecimento prisional adequado ou similar na localidade em que cumpre pena.***

6. Não há ilegalidade na imposição da prisão domiciliar, mesmo a pura e simples em que o executado não tem direito de deixar a residência em momento algum, em hipóteses não elencadas no art. 117 da Lei de Execuções Penais, máxime quando não houver vagas

*suficientes para acomodar o preso no regime de cumprimento de pena adequado, tampouco estabelecimento prisional similar, e não for possível, no caso concreto, a aplicação de uma das hipóteses propostas no RE n. 641.320/RS.*

*7. CASO CONCRETO: Situação em que o reeducando cumpria pena em regime semiaberto e obtivera, do Tribunal de Justiça, o direito de cumpri-la em prisão domiciliar, nas condições a serem fixadas pelo Juízo da execução. Entretanto, após a afetação do presente recurso especial, obteve progressão de regime para o aberto e, atualmente, cumpre pena em prisão domiciliar na qual deve permanecer nos domingos (com permissão para comparecimento a eventual culto religioso matutino) e feriados, assim como nos dias úteis no horário compreendido entre as 19 horas até as 6 horas do dia seguinte, além de cumprir outras restrições.*

*8. Recurso especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais provido, em parte, apenas para determinar ao Juízo da Execução que examine a possibilidade e conveniência de, no caso concreto e observadas as características subjetivas do réu, bem como seu comportamento ao longo do cumprimento da pena, além de todos os requisitos legais, converter o restante da pena a ser cumprida pelo executado, no regime aberto, em pena restritiva de direitos ou estudo, em atenção ao entendimento exarado no RE 641.320. (REsp 1710674/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/8/2018, DJe 3/9/2018.)*

Assente o julgado acima, firma-se com maior alicerce a litude do estabelecimento da prisão domiciliar em caráter excepcional, desde que observados os parâmetros delineados pelo STF no RE 641.320/RS. Ilegal a concessão, portanto, apenas quando se der em caráter indiscriminado, ou como via de primeira opção do magistrado.

No caso dos autos, considerando que a própria decisão do Juízo das Execuções já trouxe à baila o entendimento exarado pela Suprema Corte no RE 641.320/RS, conforme transcrição anterior, reputa-se devidamente fundamentada a alternativa imposta da prisão domiciliar com monitoramento eletrônico ao executado, diante da concreta ausência de vagas no regime intermediário do sistema prisional gaúcho.

Outrossim, o *decisum* é claro ao determinar, **como primeira opção**, a expedição de ofício à *SUSEPE* para que transfira o apenado a estabelecimento compatível com o regime semiaberto (fl. 155). A reclusão em domicílio, com o monitoramento eletrônico, surge assim como **opção derradeira** diante do cenário fático encontrado, caso não seja efetivada a transferência.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para cassar o acórdão impugnado, restabelecendo a decisão do Juízo das Execuções concessiva da prisão domiciliar com monitoramento eletrônico caso não seja efetivada a transferência para estabelecimento compatível com o regime intermediário, já observados os parâmetros do RE 641.320/RS.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

